



**HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS
DE PROFESSOR JAMIL E
QUILOMBO BOA NOVA**

ELIAS PAES DE ARAÚJO
MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO

HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL E QUILOMBO BOA NOVA

Produto educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT - do Instituto Federal Goiano, Campus Ceres, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/IF Goiano Campus Morrinhos

A658h Araújo, Elias Paes de.

Histórico e Características de Professor Jamil e Quilombo Boa Nova. /
Elias Paes de Araújo. – Ceres, GO: IF Goiano, 2022.

36 f. : il. color.

Produto educacional

Orientador: Dr. Marco Antônio de Carvalho.

Dissertação (mestrado) – Instituto Federal Goiano Campus Ceres,
Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação
Profissional e Tecnológica (PROFEPT), 2022.

1. Quilombos. 2. Negros - Condições sociais. 3. Goiás. I. Carvalho,
Marco Antônio de. II. Instituto Federal Goiano. III. Título.

CDU 930.85(817.3)

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1	CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL	9
1.1	Histórico de Professor Jamil	11
1.2	Imigração árabe no Brasil	12
1.3	Construção de Goiânia e Marcha para o Oeste	14
1.4	A construção de rodovias e a expansão de áreas de ocupação econômica	16
1.5	Narrativa de Jorge Sáfady sobre a origem do loteamento Boa Nova	17
2	A MEMÓRIA BRANCA E A MEMÓRIA NEGRA	19
3	OS QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA GOIANA	24
3.1	A mineração do ouro em Goiás	25
3.2	A resistência quilombola em Goiás	26
3.3	A Lei de Terras de 1850	29
3.4	Origem do Quilombo Boa Nova	29
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34

*Fogo!...Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.
Fogo!...Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.
Fogo!...Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.
Fogo!...Queimaram Pau de Colher...
E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades
que os vão cansar se continuarem queimando*

*Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.
Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.
Mesmo queimando o nosso povo,
Não queimarão a ancestralidade.*

(Nêgo Bispo)



1 INTRODUÇÃO

Este E-book aborda elementos históricos e características relacionadas às origens de Professor Jamil e da Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova. Tem como objetivo apresentar acontecimentos históricos, de âmbito nacional e regional, que possuem relações com o surgimento destes povoados.

Verificou-se que a povoação de Professor Jamil está relacionada com a imigração árabe no Brasil, com a construção de Goiânia, com a Marcha para o Oeste e com a construção da Rodovia Federal BR 153. Em relação à Comunidade Boa Nova, sua origem está ligada à mineração do ouro em Goiás, resistência quilombola ao escravismo, Lei de Terras de 1850 e a migração negra, em busca de prover a própria subsistência.

O texto se inicia abordando de forma descritiva aspectos da localização geográfica e características de relevo e vegetação do município de Professor Jamil, no qual se localiza a Comunidade Quilombola Boa Nova. A seguir estão localizadas informações sobre sua história, levantadas a partir de dados obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Plano Municipal de Educação (PME, 2015) e Plano Municipal de Saúde (PMS, 2017), no qual consta uma tabela discriminando o quantitativo da população por faixa etária e por sexo.

*Importantes relatos sobre as primeiras décadas de povoamento foram encontradas em duas obras de Jorge Salim Sáfady, um dos fundadores da cidade. A primeira é um artigo intitulado *Ontem uma ideia, hoje uma realidade: a cidade de Professor Jamil Sáfady*, apresentada no VII Simpósio nacional dos professores de história, na Universidade de São Paulo, em 1974. A segunda é o livro *Criação e instalação da Paróquia Nossa Senhora das Graças em Professor Jamil Sáfady*, publicado pela Edições Garatuja, em 1987. Em decorrência da origem sírio-libanesa dos principais idealizadores do empreendimento de formação do novo povoado, presente inclusive em seu próprio nome, o texto aborda sobre a imigração árabe no Brasil.*

A contextualização histórica do período indica uma sincronia do surgimento do povoado com o movimento de ocupação econômica do interior do Brasil, presentes na ideologia da Marcha para o Oeste, de Getúlio Vargas; na construção da rodovia BR 14 (hoje BR 153), cujo alinhamento com eixo longitudinal do território goiano possibilitou a expansão econômica até o Norte Goiano e o intercâmbio comercial entre Goiânia e São Paulo; e a Construção de Goiânia, que despertava o imaginário social sobre a criação de um “novo mundo” nesta região.

Ao lado do povoado de Professor Jamil, surgiu o povoado da Boa Nova, hoje um bairro da cidade. O texto indica que as narrativas oficiais sobre a história do primeiro não abarcam suficientemente os elementos ligados à história do segundo, que contou com outros protagonismos. Neste caso, além dos pontos inicialmente mencionados, possuem importância central a fundação do Centro Espírita Luz e Caridade, que foi um atrativo para que

peças fixassem residência no local. Seu primeiro presidente foi Alírio Eliseu Teixeira.

A situação dos negros em Goiás tem sua história ligada ao ciclo da mineração do ouro, que os submeteu, como escravizados, a condições de trabalho extenuantes e desumanizantes. Situação que não era aceita tranquilamente, mas para a qual opuseram resistência, sendo a principal delas a fuga e a formação de quilombos. Como quilombolas, as negras e negros goianos procuravam prover sua própria subsistência, mas sempre aliados dos projetos oficiais de socialização, como a Lei de Terras de 1850 que lhes retiravam o direito de possuírem as terras cultivadas por eles próprios. Dessa forma, migravam de fazenda em fazenda, sem possibilidade de fixarem residência.

Relatos de pioneiros do Quilombo Boa Nova afirmam que estes encontraram no nascente povoado um lugar em que puderam construir suas moradias, contar com a solidariedade dos vizinhos e o apoio de uma liderança espiritual/política.

1 CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL

1



¹Paróquia N. S. das Graças de Professor Jamil

Fonte: Página da Paróquia N. S. das Graças de Professor Jamil no Facebook

Disponível em: <https://bit.ly/3FSsKm7>

Acesso em: 23 jan. 2022. Sua construção foi iniciada em 1966.

1 CARACTERÍSTICAS DE PROFESSOR JAMIL



Professor Jamil é um pequeno município do Estado de Goiás. Está localizado na Mesorregião Sul Goiano e Microrregião Meia Ponte, entre os rios Meia Ponte e Dourados. Possui altitude de 748 metros, latitude Sul de 17°14'55" e longitude Oeste de 49°14'30". Limita-se com os municípios Cromínia e Mairipotaba ao Nordeste e ao Oeste; com Hidrolândia ao Norte; com Piracanjuba ao Nordeste e ao Leste; e Pontalina ao Sudoeste e Sul. Possui área de unidade territorial de 349,419 km². Está situado a 72 km de distância de Goiânia e a 272 Km de Brasília, às margens da rodovia federal BR 153 (PME, 2015).

Seu relevo apresenta forma convexa, situado no Planalto Central Goiano, na faixa chamada de Planalto Rebaixado de Goiânia.

Na vegetação predomina a savana (cerrado), que se apresenta nos seguintes estratos: savana arbórea aberta, cuja característica é a presença de árvores e arbustos que variam de 2 a 8 metros de altura; savana arbórea densa, na qual as espécies de árvores podem alcançar 15 metros de altura e não apresentam tortuosidade; e, em menor proporção, a savana parque, marcada pela presença de um tapete composto por gramíneas e arbustos esparsos, com altura média de 2 a 3 metros.

2



A maior parte desta vegetação já sofreu intensa ação antrópica, sendo utilizada principalmente em formação de pastagens para a prática da

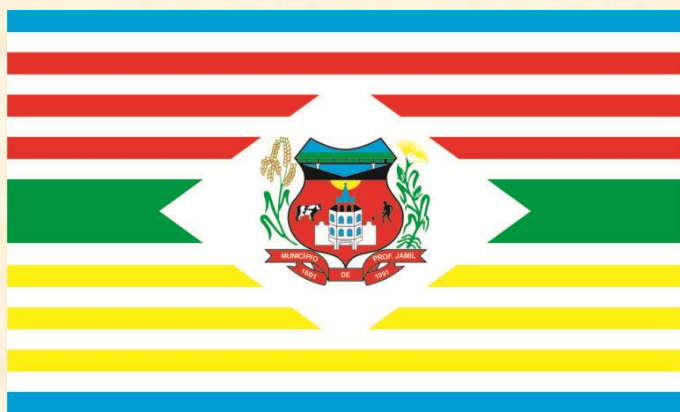
²Panorama de Professor Jamil. Fonte: <https://professorjamil.go.gov.br/historia/>

pecuária extensiva. Ultimamente, a monocultura da soja tem avançado sobre as áreas de pastagens (PME, 2015).



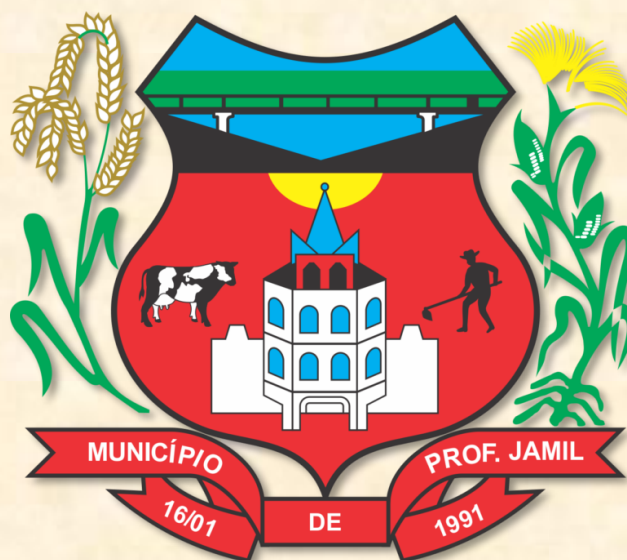
1.1 Histórico de Professor Jamil

Segundo informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Plano Municipal de Educação (PME, 2015) e Plano Municipal de Saúde (PMS, 2017) de Professor Jamil, a origem da cidade remete à 1942, quando um grupo de pessoas se reuniu e construiu um campo de futebol. Deste ano também consta o registro de funcionamento do primeiro comércio local.



Em 1948 foi realizado o desmatamento para a construção da BR-14, futura BR-153, fato que contribuiu para perseverança dos primeiros habitantes e como atrativo para novos, pois trouxe a certeza de que o movimento entre os centros urbanos já existentes seria facilitado (PMS, 2017).

³Com o aumento da população, o povoado, até então chamado de Campo Limpo, chegou à condição de distrito do município de Piracanjuba, através da Lei Estadual nº 8.111, de 14 de maio de 1976, passando a se chamar Distrito Professor Jamil Sáfy. ⁴ Sua emancipação política veio ocorrer 14 anos mais tarde, através da Lei Estadual nº 11.404, de 16 de janeiro de 1991. O nome escolhido para o município, Professor Jamil, foi uma homenagem ao irmão de Taufic Salim Safady, um dos doadores do



³ Bandeira de Professor Jamil <https://professorjamil.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/bandeira-768x458.jpg>

⁴ Brasão. <https://professorjamil.go.gov.br/wp-content/uploads/2021/09/bandeira-768x458.jpg>

terreno para construção do povoado, o Professor Jamil Sáfady. O adjetivo gentílico é jambilense (PME, 2015).

A população presente no último censo (2010) era de 3.239 pessoas. A estimada para o ano de 2021 era de 3.211 pessoas. A densidade demográfica (2010) era de 9,32 hab/km² (IBGE, 2010). Cerca de 2.251 pessoas compõem a população urbana, enquanto 1.118 pessoas compõem a população rural residentes no município (PMS, 2015).

Tabela 1 – População por Faixa Etária e por Sexo

Faixa Etária	Masculino	Feminino	Total
0 a 4	67	64	131
5 a 6	31	39	70
7 a 9	74	61	135
10 a 14	120	117	237
15 a 19	129	140	269
20 a 39	456	467	923
40 a 49	245	236	481
50 a 59	216	201	417
60 e +	330	262	592
Total	1.668	1.587	3.255

Fonte: Adaptado de PMS (2015)

A tabela faz referência à população geral de Professor Jamil, estando incluída nestes números a população quilombola. A distribuição por faixas etárias e por sexo apresenta proporcionalidade. No entanto, é possível identificar uma redução significativa no estrato de 0 a 9 anos.



1.2 Imigração árabe no Brasil

Sáfady (1974) desenvolve uma narrativa acerca da imigração árabe no Brasil, associada à abolição da escravatura (1888) e consequente necessidade de

trabalhadores livres. Nesse período, vieram europeus de várias nacionalidades, sob acordos e controle governamental, a fim de suprir a mão-de-obra e reforçar o povoamento. Com este mesmo objetivo, também emigraram para o Brasil trabalhadores oriundos do continente asiático, entre eles, povos de língua árabe.

No momento, a imigração árabe se mostrava oportuna para o Brasil, por seu interesse em receber trabalhadores livres, e para os árabes, oriundos da Síria geográfica, região que seria dividida, para ser mais bem dominada pelas potências europeias vencedoras da Primeira Guerra Mundial (1914 -1918). Oprimidos em seu próprio território, muitos árabes emigraram para diversas áreas do mundo, inclusive para o Brasil, tornando-se parte da sociedade brasileira.

El-Moor (2011) aponta que a migração dos árabes para o Brasil comumente é registrada em duas grandes etapas, sendo possível observar em cada uma delas diferentes levas. Demarca-se a primeira como começando por volta de 1860/1870 e terminado com o início da Segunda Guerra Mundial. Dentro desta primeira etapa, considera-se que houve três fluxos: de 1860 a 1900; de 1900 a 1914; de 1918 a 1938. Segundo El-Moor (2011) a principal característica desta primeira etapa é que ela foi composta imigrantes cristãos, majoritariamente sírio-libaneses, que saíram de suas terras em decorrência do domínio otomano.

No que diz respeito aos imigrantes árabes que entrecruzarão suas histórias com o surgimento do atual município de Professor Jamil, Sáfady (1974) afirma que Georges Nars Sáfady pertence às primeiras levas de árabes que desembarcaram no Brasil, a partir da segunda metade do século XIX. Logo depois, trouxe consigo o seu filho primogênito, Salim Georges Sáfady, que se estabeleceu no Rio de Janeiro, lugar em que abriu uma casa comercial. Em 1922 os demais membros da família de Salim Georges Sáfady vieram para o Rio de Janeiro, entre eles, seus três filhos mais novos, que teriam participação direta na criação do município goiano do qual estamos tratando: Jamil, Taufik e Jorge (SÁFADY, 1974).

A narrativa de Sáfady (1974) apresenta os três irmãos como estudiosos do paralelismo social árabe brasileiro e a busca de soluções para problemas sociais brasileiros. A respeito de Jamil Sáfady, afirma:

O paralelismo social árabe-brasileiro que Jamil Sáfady constatara e estudara e se aprofundara nele, quer em suas pesquisas pessoais, que nas suas atividades na Universidade de São Paulo, com positiva cooperação de seus mestres e colegas, levou a concretas resoluções e passou a estruturar um esquema de trabalho do qual participaram não só seus irmãos, já cooperadores diretos, mas todo aquele que se empolgasse por uma de suas facetas (SÁFADY, 1974, p. 812).

Este campo de estudo conduziu Jamil Sáfady a fazer contatos fora da cidade de São Paulo, no Estado de Goiás, onde pode acompanhar o projeto de surgimento da nova capital, Goiânia. Nas palavras de Sáfady (1974):

[...] tendo feito contatos e estudos fora da cidade de São Paulo, e especificamente no Estado de Goiás, onde conhecera a nascente capital do Estado a bem traçada cidade de Goiânia, não pestanejou em aprimorar a planificação de uma verdadeira colonização do Brasil pelo próprio brasileiro. E como seus irmãos Taufik e Jorge já se encontravam no município de Piracanjuba, como que fazendo um estágio dentro de suas vastas planificações e estudos, pediu-lhes que dirigissem parte de suas atividades para aquele campo, ou seja o reconhecimento pelo brasileiro de suas próprias aptidões e capacidades, para uma conseqüente autoconfiança, do que resultaria sua vivência na própria colonização de suas áreas (SÁFADY, 1974, p. 812).

O empreendimento dos irmãos Sáfady coincidem com três acontecimentos históricos importantes para o Brasil e para Goiás, que já estavam em curso naquele momento. A criação de Goiânia como nova sede para ser capital de Goiás, que emerge como projeto em 1930; a Marcha para o Oeste, projeto de Getúlio Vargas, iniciado em 1937; A construção do trecho da BR 14, futura BR 153, no trecho entre Goiânia e Itumbiara, nos primeiros anos da década de 1950.

1.3 Construção de Goiânia e Marcha para o Oeste

Com a Revolução de 1930 no Brasil, Getúlio Vargas, que a liderou, tornou-se chefe do governo do Brasil por 15 anos consecutivos, se estendendo até 1945. Após este período retornou ao poder por três anos e meio, de 1951 até 1954. Em 1930, como chefe do Governo Provisório, nomeou interventores para os governos estaduais. Em Goiás, foi nomeado o médico Pedro Ludovico Teixeira, que governou por igual período (SILVA e MELLO, 2013).

Silva e Mello (2013) apontam que em Goiás o movimento revolucionário foi recebido de forma entusiasmada. A vitória de Vargas foi compreendida como expressão de democracia, liberdade e justiça, o que criaria possibilidades de superação da opressão oligárquica. O clima era de renovação, orientado pela esperança depositada em um processo de produção de um novo estado de Goiás e de um novo Brasil. Neste contexto surgia a ideia da construção de uma nova sede para a capital de Goiás. A necessidade de transferência da capital, entre outros motivos, associando-a ao processo revolucionário, pode ser percebida nas palavras de Pedro Ludovico Teixeira, em um relatório enviado ao presidente Getúlio Vargas, em 1933:

O ambiente de sadia renovação, gerado no país pela vitória da Revolução de 30, não ficou felizmente, adstrito aos Estados mais adiantados. A transformação, operou-se também em Goiás. E o governo revolucionário que se instalou neste estado veio proporcionar à ideia da mudança da capital goiana a oportunidade de caminhar, afinal, para ambicionada realização. A nossa atitude decorre tanto do desejo de darmos a este grande Estado o ritmo de evolução que lhe é próprio, quanto dos compromissos morais que tacitamente assumimos nos tempos em que militávamos na oposição. Ontem revolucionário na oposição, hoje revolucionário no governo (TEIXEIRA, 1934, citado por SILVA e MELLO, 2013, p. 66).

O ideal que visava o desenvolvimento das regiões centrais do país também se fazia presente em âmbito federal. Nesta esfera, o empreendimento que o sintetizava passou à história como a Marcha para o Oeste, projeto do Estado Novo, de Getúlio Vargas. Silva e Mello (2013) apontam que vários autores concordam que o lançamento oficial desta campanha ocorreu por meio de um discurso proferido por Vargas, em 1937, no qual ele diz:

O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas venturosas. E lá teremos de ir buscar, dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas. Das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial (IBGE, 1942, citado por SILVA e MELLO, 2013, p. 80).

A Marcha para o Oeste visava a colonização do interior do Brasil, visando responder a uma série de problemas sociais vigentes naquele momento, como a concentração demográfica nos centros urbanos litorâneos e suas tensões sociais, a necessidade de produção de alimentos para suprir o mercado interno, a necessidade da posse da terra para os pequenos lavradores, a possibilidade de dirigir correntes migratórias, entre outros (SILVA e MELLO, 2013). No imaginário social da maioria dos goianos, a criação de Goiânia refletia a materialização de condições fundamentais que viabilizaria a produção de um mundo novo nesta região. Esta é a compreensão de Bertran (2004) ao realizar a articulação entre os dois projetos: “Nesse momento, apenas a construção de Goiânia seria a pedra de toque, o marco concreto de tijolos e cimento capaz de alicerçar a ideologia nebulosa de uma ‘Marcha para o Oeste’” (BERTRAN, 2004, p. 69). É importante destacar que os dois empreendimentos se deram em diferentes plataformas de ações, o projeto da criação de Goiânia antecede o da Marcha para o Oeste em 7 anos e teve motivações próprias, mas coincidem na ideia de colonização e modernização do Centro Oeste.

A demarcação do trajeto da BR 153 foi decisiva para a escolha do local onde seria implantando o povoado. Sáfydy (1974) esclarece que "a sua localização foi se deslocando, de acordo com a fixação da picada da Estrada de Rodagem Federal, então denominada Transbrasilense" (SÁFADY, 1974, p. 814). Quando este local foi definido, foi então fixada a área em que este se instalaria. Foram adquiridos os terrenos, construído o projeto de urbanização e demarcação dos loteamentos, tendo início as primeiras construções em 1951 (SÁFADY, 1974).

1.5 Narrativa de Jorge Sáfydy sobre a origem do loteamento Boa Nova

Inicialmente o loteamento Boa Nova não estava previsto no projeto de urbanização do nascente povoado dos irmãos Sáfydy. Ele possui origem distinta deste. Sáfydy (1974) narra os acontecimentos ligados ao seu surgimento através da seguinte ordem cronológica de acontecimentos: ⁵Em 1956 Eugênio Jacinto de Lemos adquiriu uma propriedade rural, de 17 alqueires goianos, em uma área fronteira pelo lado sul do povoado; Em 1957 casou-se com Dona Maria Gomes de Lemos; Em 1959 sua esposa veio a adoecer, não encontrando cura junto aos tratamentos médicos e hospitalares, durante oito meses.



⁵ Centro Espirita Luz e Caridade. Fonte: (SÁFADY, 1974, p. 816)



Eugênio foi então orientado por seus sogros a levar sua esposa para tratar-se em Palmelo, um Centro Espírita situado no município de Pires do Rio. Em três meses Dona Maria já havia se recuperado. No entanto, o casal e seus filhos permaneceram no local por um período de quase dois anos, antes de retornarem para sua propriedade, para que pudessem aprofundar seus conhecimentos sobre a organização, composta por um sanatório, dispensário e orfanato (SÁFADY, 1974). Após o retorno para sua fazenda, nos arredores do povoado, narrou com satisfação para seu pai sobre o que viu e sentiu em Palmelo, sendo orientado por este que criasse um Centro Espírita⁶ em sua propriedade, seguindo o exemplo aprendido e convidasse Alírio Eliseu Teixeira, pai e irmãos para dirigir o Centro (SÁFADY, 1974).

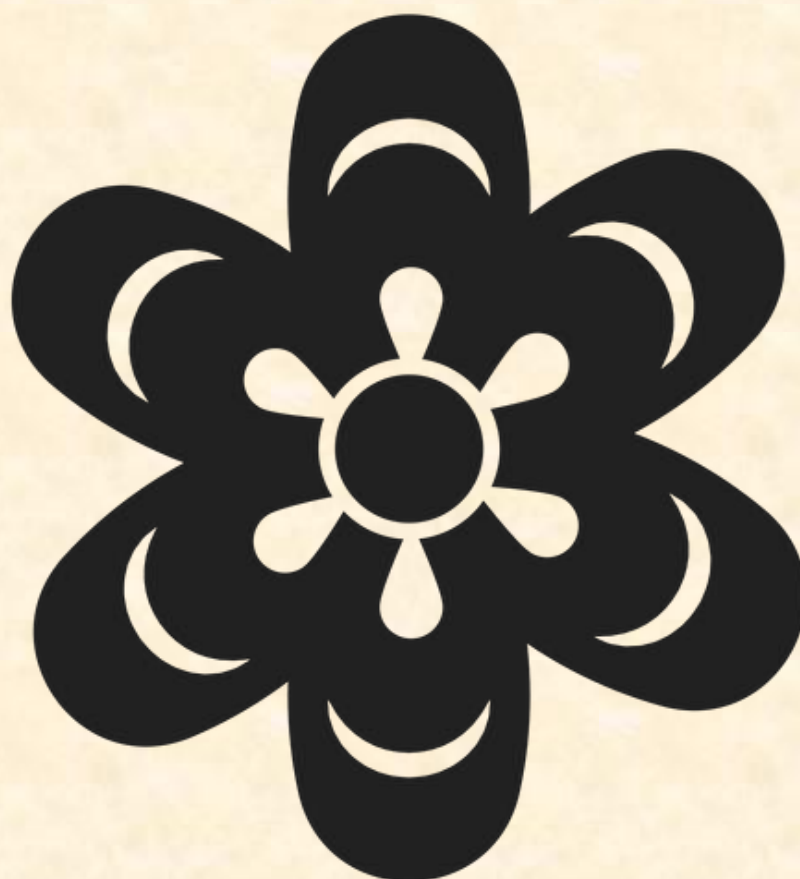
⁶ Centro Espírita Luz e Caridade

Fonte: Página do Centro Espírita Luz e Caridade no Facebook

Disponível em: https://www.facebook.com/CelcDeusCristoeCaridade/photos/?ref=page_internal

Acesso em: 23 jan. 2022.

2 A MEMÓRIA BRANCA E A MEMÓRIA NEGRA



2 A MEMÓRIA BRANCA E A MEMÓRIA NEGRA

Heródoto, conhecido pelo epíteto de “pai da história”, assim declara sobre a natureza de seus empreendimentos:

Esta é a exposição da investigação de Heródoto de Túrio, para que os acontecimentos passados não sejam extintos entre os homens com o tempo, e para que os feitos grandiosos e maravilhosos, uns realizados por helenos e outros por bárbaros, não fiquem sem glória, e ainda os demais assuntos e por qual motivo guerrearam uns contra os outros (HERÓDOTO, 2015, p. 29).

Esta disposição, de registrar os “feitos grandiosos e maravilhosos”, para que estes “não fiquem sem glória”, mostrou-se uma tendência dominante dos registros históricos, em que as narrativas sempre retratam a visão do vencedor, de maneira celebrativa, elogiando suas ações e não estabelecendo nenhuma forma de crítica sobre elas. Tal atitude epistemológica é sempre marcada por preconceitos, etnocentrismos e não alcança a integridade dos fenômenos, sendo estes observados a partir de uma única ótica, naturalizada como oficial, ou verdadeira. A história tem sempre outros lados, que em virtude de conjecturas de poder, tendem a ser ocultados.

Uma crítica a esta forma de narrar a história pode ser encontrada neste trecho do poema *Perguntas de um operário que lê*, de Bertold Brecht, em que o autor se preocupa com os esquecidos e invisíveis nas narrativas predominantes:

*Quem construiu a Tebas de sete portas?
Nos livros estão nomes de reis.
Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída. Quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo. Quem os ergueu? Sobre quem triunfaram os céares? (BRECHT, 2000, p. 144)*

A história escrita a partir das grandes evidências, cujas fontes se encontram em monumentos, museus, igrejas, documentos de cartórios, documentos oficiais, publicações em veículos de imprensa, fotografias, nomes de ruas, entre outros, que se fazem explícitas nas paisagens rurais e urbanas, evidencia a narrativa dos vencedores. O poema de Brecht fala de reis e “suas” grandes construções. No caso de Goiás, estes registros fazem referência aos colonizadores, bandeirantes e grandes proprietários de terras. Como ilustra a imagem do *Monumento aos Bandeirantes*, inaugurado em Goiânia em 1942, situado no centro da capital goiana. Esta forma de registro é importante e merece respeito. No entanto precisa sempre ser contextualizada e observada de forma crítica. No caso das bandeiras, estas vieram sempre

com muitas pessoas negras escravizadas, responsáveis pelo trabalho da mineração, cujas condições de exploração, abusos, sofrimento e morte não renderam histórias escritas, registros oficiais ou monumentos. O genocídio indígena provocado por elas também fica em segundo plano. Este conjunto de documentos que se pretendem oficiais é chamado de “memória branca” (CVN/SBB, 2017).

Monumento aos Bandeirantes no ano de sua inauguração, em 1942



Fonte: Disponível em <https://jornal.ufg.br/n/90447-resgate-do-passado>. Acesso em 27/01/2022.

Segundo a CVN/SBB (2017) a memória branca abarca um grande número de informações detalhadas sobre a região, registradas em “mapas, fotografias, edições jornalísticas, atestações de compra e venda de terras, de posse de escravizados, recibo de impostos” (CVN/SBB, 2017, p. 28). Documentos considerados de muita valia para a problematização da história, por isso não devem ser depredados ou destruídos, provocando o silenciamento da reflexão. Até porque as formas de dominação que elas representam muitas vezes continuam vigentes, sendo esta a verdadeira realidade a ser transformada. O ponto fundamental não é que exista a “memória branca”, mas é que ela não pode ser a única.

Em contraposição à “memória branca”, discutiremos agora a “memória negra”. Esta não se encontra explicitamente em nossas paisagens e registros oficiais. É por ela que se pergunta Brecht: “para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha da China ficou pronta?”. No caso da memória negra ligada à Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova de Professor

Jamil, é necessário investigá-la junto aos próprios quilombolas, acessando-a a partir de suas narrativas, crenças, vivências e espaços.

O relatório da CVN/SBB (2017) assim define a memória negra:

Contrapõe-se a história oficial, preservada através da oralidade, a história não contada, omitida, esfacelada. A resistência do negro para garantir sua sobrevivência, manter viva sua cultura ancestral, proteger o meio ambiente. A história sobre a consolidação dos quilombos e todos os seus percalços (CVN/SBB, 2017, p. 190).

Dessa forma, a história negra enfatiza o protagonismo do povo negro que narra, principalmente através da oralidade, a reelaboração do seu passado, conjugando lembranças de resistências à lógica colonizadora com o enfrentamento dos desafios e opressões contemporâneas (CVN/SBB, 2017).

Ao abordar o tema da colonização do Brasil, Santos (2015) propõe três conceitos: colonização, recolonização e contracolonização.

Colonização é compreendida como “processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra” (SANTOS, 2015, pp. 57-58). foi o que ocorreu em nosso país com a chegada dos portugueses, que invadiram, expropriaram, exterminaram e impuseram a própria cultura à força, a indígenas e povos africanos. As marcas e símbolos deste processo de extrema violência e dominação podem ser encontrados por todos os lugares, quando se observa com olhar crítico, como discutido no tópico sobre a memória branca.

Santos (2015) reflete que nosso país sofreu outra onda de colonização em nossa história recente, após a Segunda Guerra Mundial, chamada por ele de recolonização. Com este conceito o autor se refere ao processo das “atuais recolonizações das populações tradicionais contemporâneas [...] Ataques e ameaças do capitalismo desenvolvimentista contra as populações tradicionais da contemporaneidade” (SANTOS, 2015, p.22).

Tal realidade pode ser percebida desde projetos de escolarização e alfabetização das populações do campo, de forma descontextualizada de seus modos de vida e insensíveis às suas especificidades culturais e saberes tradicionais, com o saber da escola desqualificando o saber das comunidades; a desvalorização cultural e pejorativa dos povos do campo associada à crescente demanda por mão de obra em centros urbanos promoveu acentuado êxodo rural, esvaziando demograficamente o campo e insuflando áreas urbanas (SANTOS, 2015).

Comunidades rurais esvaziadas, lideranças enfraquecidas, tecnologias oriundas da Segunda Guerra Mundial, novo arranjo sociodemográfico, com a maioria da população nas cidades, constituíram um cenário favorável para o avanço da monocultura mecanizada em nossas áreas rurais. O que pode ser lido como novo processo de colonização. Uma frente tecnologicamente mais desenvolvida avança e afugenta populações já estabelecidas (SANTOS, 2015).

Em direção oposta a esta, Santos (2015) propõe o conceito de contracolonização: “vamos compreender por contra colonização todos os

processos de resistência e de luta em defesa dos territórios dos povos contra colonizadores, os símbolos, as significações e os modos de vida praticados nesses territórios" (SANTOS, 2015, p. 58). Esta tem sido uma luta das comunidades remanescentes quilombolas contemporâneas, que buscam resistir à desvalorização da própria cultura e modos de vida, trabalho, interação com a natureza e socialização.

3 OS QUILOMBOS NA HISTORIOGRAFIA GOIANA

3.1 A mineração do ouro em Goiás

O avanço dos brancos, que levavam consigo os negros (as) escravizados (as), sobre os territórios indígenas do interior do Brasil remonta a registros dos séculos XVI e XVII. Foi realizado na forma de incursões que tinham como objetivos estudar e conhecer o território, prender e escravizar ameríndios, encontrar minas de ouro e se precaverem de invasões espanholas. Destes se infere que a principal motivação sempre foi a econômica: encontrar e explorar minérios para a exportação (SILVA, 1998).



Ao longo do século XVIII a atividade mineradora, com sua mão de obra escrava, avançou sobre o hoje conhecido território goiano. O principal empreendimento desta época se deu no vale do Rio Vermelho, nas proximidades da Serra Dourada, em que se funda, entre 1722 e 1725, o arraial de Santana, que depois se torna Vila Boa e posteriormente Cidade de Goiás. Esta lógica de formação de arraiais às margens de córregos e rios, em decorrência da mineração, se estendeu por toda a região do território goiano, em que se encontrasse ouro (SILVA, 1998).

As condições de trabalho a que eram submetidos os escravizados negros mineradores eram extenuantes e desumanizantes, o que lhes conferiam apenas 7 anos de vida útil em média, conforme relata Palacin (1994):

“... com os pés metidos na água fria, durante horas e horas, dobrados sobre a cintura enquanto o sol caía implacável sobre suas costas, os escravos sustentam-se no trabalho a poder de largos goles de cachaça. Daí se seguiam as gripes, pneumonia, pleurites, desvios de espinha e outras enfermidades próprias do garimpo. Quando o trabalho era nos túneis abertos na montanha, além dos desmoronamentos, tão frequentes em obras feitas às pressas sem nenhum cálculo técnico, que endividavam os mineiros pela mortandade dos escravos, a falta de ventilação acelerava o processo de envenenamento e a petrificação dos pulmões em virtude da silicose [...] A essas acrescentam-se as doenças tão espelhadas pelo Brasil de então, como a disenteria bacilar - “mal de bicho” -, os vermes intestinais e as doenças venéreas. E em regiões pantanosas, como muitas de Goiás, a malária que provocava verdadeiras hecatombes, como a do rio Maranhão em 1732, onde, no dizer de Silva e Souza, houve dias de cinquenta mortes entre os que trabalhavam na construção de um dique para desviar o rio” (PALACIN, 1994, p. 57)

No entanto, é equivocada a ideia de que estes escravizados se tornavam totalmente submissos e obedientes à autoridade de seus senhores. Durante todo o período do escravismo colonial é possível identificar estratégias de resistência e revoltas, sendo a fuga, individual ou coletiva, e a formação de quilombos, suas principais formas (SILVA, 1998).

3.2 A resistência quilombola em Goiás

Santos (2015) aborda que estas comunidades, compostas majoritariamente por negras e negros escravizados que fugiam das práticas de exploração e desumanização, foram denominadas pelos colonizadores como Mucambos, Quilombos, Retiros, entre outros. Ressalta que eram consideradas como organizações criminosas pela legislação vigente. No entanto, sua atuação no enfrentamento aos colonizadores obteve elevado valor histórico, cujo esforços repercutem até os dias de hoje.

Tais organizações permaneceram sendo consideradas como criminosas por um longo período em nossa história, que compreende do início da colonização do Brasil até a promulgação da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888. A referida Lei aboliu a escravidão no Brasil. Dessa forma, os usos dos termos Mucambos, Quilombos e Retiros, tornaram-se obsoletos, ante a queda das leis que os criminalizavam (SANTOS, 2015).

No entanto,

“a criminalização e a violência contra essas comunidades permaneceram, tendo como alvo seus modos de vida, suas expressões culturais e seus territórios, isto é, as suas formas de resistência e de auto-organização comunitária contra colonial” (SANTOS, 2015, p. 49).

Muitas práticas culturais foram criminalizadas, como a capoeira. A constituição de 1891 também retirava direitos políticos de quem era analfabeto, que em sua maioria eram os negros e índios. Na prática, foram criadas dificuldades para a preservação das culturas, símbolos e modo de vida contra colonizadores. O governo republicano exerceu pressão sobre estes grupos, o que foi decisivo para que o período se tornasse marcado por inúmeras rebeliões e revoltas (SANTOS, 2015)

Em Goiás, diversos fatores podem ter contribuído com a expressiva presença de quilombos, entre eles: o ecossistema dos cerrados propiciava esconderijos naturais, condição que aliada a um número reduzido de feitores armados nas lavras mais distantes, fomentou diversas fugas e a formação de quilombos em áreas vizinhas aos arraiais; a presença de acentuado tráfico de escravos; povoamento inicial realizado de forma apressada; o papel fundamental do negro na mineração do ouro; e isolamento geográfico, em decorrência das grandes distâncias, em relação a outras capitânicas e províncias (SILVA, 1998).

Para sua subsistência, os quilombolas empregavam os mais diversos recursos, como o extrativismo, a caça, a pesca, o garimpo, agricultura, e saques e assaltos. Produziam para consumo próprio e para trocas. Organizavam revoltas, atacavam viajantes e fazendas das proximidades, em busca de gêneros alimentícios, animais, roças e utensílios úteis ao quilombo (SILVA, 1998).

O quadro a seguir, apresenta os principais quilombos de Goiás, em âmbito demográfico, consciência social e organização política, até o ano de 1888, segundo o trabalho de Silva (1998).

Quilombos em Goiás até 1888

	Nome	Local
1	Quilombo do Ambrósio também chamado de Quilombo Grande ou Tengo-Tengo	Triângulo Mineiro
2	Quilombo do Arraial de Três Barras	Próximos a Vila Boa
3	Quilombo do Morro de São Gonçalo	Próximos a Vila Boa
4	Quilombos de Tesouras	Próximos a Vila Boa
5	Quilombos do Vale do Paranã	Cavalcante, Terezinha e Monte Alegre de Goiás
6	Quilombo do Arraial de Jaraguá	Atual Jaraguá
7	Quilombo do Planalto Central	Atual território de Brasília
8	Quilombo de Pilar	Atual Pilar de Goiás
9	Quilombo do Muquém	Atual Muquém, distrito do município de Niquelândia
10	Quilombo do Papuão	Região de Muquém e Pilar de Goiás
11	Quilombo do Acaba Vida	São José do Tocantins, atual Niquelândia
12	Quilombos de Corumbá de Goiás	Atual Corumbá de Goiás
13	Quilombo do Mesquita	Atual Luziânia
14	Quilombo de Meia Ponte	Atual Pirenópolis
15	Quilombo de Santa Rita do Araguaia	Atual Santa Rita do Araguaia
16	Remanescente de Quilombo do Cedro	Atual município de Mineiros.

Fonte: Elaborado pelo autor com base no trabalho de SILVA, 1998.

A quantidade e a localização dos quilombos relacionados no quadro, ressaltando que se trata apenas dos principais, indicam a grande dimensão da organização para a resistência negra contra a exploração e violências sofridas nos garimpos.

Já em meados do século XVIII, a presença dos inúmeros quilombos era motivo de preocupação para a realeza, uma vez que questionavam e se confrontavam a ordem colonial estabelecida. Documentos e correspondências da época evidenciam o temor de que a região da província de Goiás se tornasse totalmente inóspita e hostil à presença dos colonizadores brancos, através da crescente solidariedade entre quilombolas e indígenas. Existem relatos sobre a boa relação entre escravos fugidos que foram acolhidos em aldeias Xavantes. Embora os quilombolas também fossem estrangeiros em terras indígenas, ambas as populações tinham o branco como um poderoso inimigo em comum, que sistematicamente lhes impunham o lugar da subserviência, embranquecimento ou extermínio.

A Coroa passa a mobilizar caçadas aos quilombolas, por meio de milícias chefiadas pelos capitães do mato, visando seu extermínio. Palacin (1994) relata que em 1751, em uma dessas caçadas, o capitão Bartolomeu Bueno do Prado e seus homens atacaram um extenso acampamento quilombola, exibindo como prova do trabalho bem-sucedido, cerca de 3.900 pares de orelhas de quilombolas mortos. No entanto, apesar desta e de outras investidas semelhantes, os quilombos jamais deixaram de existir em Goiás.

Além da fuga para os quilombos, a compra da própria alforria também era uma forma dos negros e negras conseguirem a liberdade. Palacin (1994) registra que, em 1741, o número de alforriados e mulatos em Goiás eram apenas 120 pessoas. Número que tem um aumento expressivo para 23.577 em 1804. Outro registro importante trazido pelo historiador referente ao recenseamento de 1804 aponta que a população de Goiás contava com 50 mil pessoas. Destas, pretos e pardos representavam 85,9%, enquanto brancos eram apenas 14%. Portanto, pretos e pardos, entre livres e escravizados, somavam a grande maioria.

A CVN/SBB (2017) destaca que no início do século XIX, apesar dos negros e negras, livres e libertos ou libertas, se fazerem presentes em áreas urbanas, trabalhando com as mais diversas formas de prestação de serviços, era no campo, nas áreas rurais, que a maior parte desta população conseguia manter sua subsistência. Trabalhadoras e trabalhadores, negras e negros, se infiltraram em terras goianas, desenvolvendo cultivos para o próprio consumo. Sendo absorvidos também por grandes fazendas de gado, através de acordo com os fazendeiros, em que cultivavam a terra e dividiam a produção ao meio com o proprietário. Neste regime de trabalho eram chamados de meeiros.



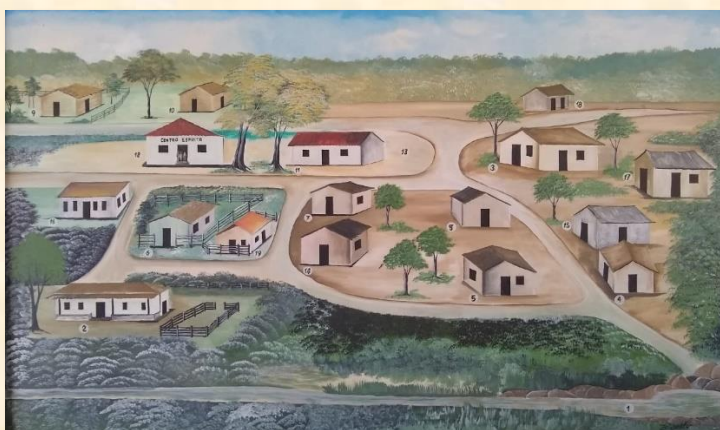
7

3.3 A Lei de Terras de 1850

A Lei de Terras de 1850 foi um novo obstáculo à inclusão social dos negros e negras, uma vez que estes ficaram impedidos de tomarem posse sobre as terras que cultivaram. Dessa forma, passam a ser considerados como posseiros ilegais, meeiros e, principalmente, sem-terra. O relatório da CVN/SBB (2017) assim sintetiza o cenário da sociedade goiana até a década de 1950:

Até meados da década de 1950, o poder concentrado nas mãos de algumas famílias de grandes proprietários de terra vem reforçar o perfil conservador e retrógrado da região. A grande maioria da população, pobre e negra, não teve acesso à educação. Os índices de analfabetismo mantiveram-se altos. Os latifúndios mantinham-se largamente improdutivos ou, no máximo, pode-se falar em baixíssima produtividade. Grandes regiões, sobretudo no norte do estado, continuavam desabitadas. E a despeito disso, hordas de populações sem-terra grassavam, marginalizadas, pela periferia das cidades e das grandes fazendas (CVN/SBB, 2017, p. 51).

3.4 Origem do Quilombo Boa Nova



⁸Em recente trabalho junto à Comunidade Boa Nova, Silva (2019) ouviu relatos de quilombolas acerca da época em que chegaram os primeiros habitantes. Uma de suas fontes relata que à época em que sua família migrou para a região de Professor Jamil, por ter sido expulsa da fazenda em que

⁷ <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>

⁸ Representação da Comunidade Boa Nova em seus primeiros anos; Fonte: Arquivo pessoal dos autores.

trabalhavam em Goiás Velho, presenciaram a roçagem do pasto para a construção de Goiânia. Ao chegarem ao povoado, se instalaram em ranchos aos arredores do Centro Espírita. O espaço foi se configurando com os quilombolas negros povoando uma parte geograficamente mais baixa e, os brancos, entre trabalhadores e fazendeiros, a parte alta, em que construíram a igreja católica. Os relatos dos quilombolas entrevistados por Silva (2019) convergem ao descreverem as condições sob as quais viviam os pioneiros da Comunidade Boa Nova. Afirmam que a maioria chegava a esta região a convite de fazendeiros, que prometiam trabalho, comida, moradia e um pedaço de terra, que poderiam cultivar para seu próprio sustento. No entanto, em muitos casos estas promessas não eram honradas e os trabalhadores eram expulsos das propriedades ao terminarem o trabalho. Encontravam então, na pequena comunidade de remanescentes quilombolas, um local para construir suas moradias. Prestavam serviço para os fazendeiros dos arredores em troca de comida, como carne e banha de porco. Um litro desta última custava o equivalente a uma diária.

O texto da CVN/SBB (2017) destaca relatos sobre a origem do Quilombo Boa Nova, narrados por alguns de seus pioneiros. Apresentamos, a seguir, três destas histórias. No entanto, outras, igualmente importantes e relevantes, podem ser consultadas e apreciadas no texto original a que fazemos referência.

História 1: A família de José Maximiano da Silva, veio da cidade de São João Del Rei, do estado de Minas Gerais, a mais ou menos 70 anos atrás, quando José tinha apenas 12 anos de idade. Ele veio após presenciar a morte dos pais em Minas Gerais por um capitão do mato, revoltado saiu pelo mundo andando a pés, encontrou um grupo pelo caminho tocando bois e acompanhou esse grupo, vindo se instalar em Professor Jamil que era distrito de Piracanjuba, antigo Pouso Alto. Trabalhava na zona rural para sobrevivência em troca de comida. Casou-se em Professor Jamil e formou família (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 124).

História 2: Família de João Heleno Caetano: Os avós de João Heleno Caetano trabalhavam em fazenda praticamente em regime de escravidão. João Heleno conhecido como Cavaco, morava em Minas Gerais, veio para Professor Jamil depois dos seus irmãos João Firmino e Antônio. Marta Caetano filha de João Heleno conta que ele adoeceu e foram para Palmelo primeiramente procurar recurso espiritual, lá descobriram que em Professor Jamil tinha um médium chamado Sr. Alírio, de lá vieram e se instalaram em Professor Jamil, onde moram a mais ou menos 50 anos. Moravam em uma fazenda, no início viviam em casa de pau a pique, depois as casas foram construídas de adobe e capim. Dos 13 filhos 12 nasceram em casa, somente 1 nasceu no hospital. Eram da religião espírita. Sofreram muita discriminação por conta da cor da pele. Eles lavavam roupa no córrego, buscavam lenha na cabeça, tiravam água na cisterna. Os vizinhos eram todos unidos, uns ajudando os outros. Não

tinham energia elétrica, a iluminação era com lamparina (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 125).

História 3: Dona Flora Pereira da Silva Brito é esposa de José Ludoíno de Brito. Dona Flora é benzedeira e conta que seu pai Paulo Pereira da Silva veio da Bahia aos 14 anos com um grupo de amigos e se instalou em Goiás, moraram em Santa Cruz. Após se casarem moraram em Piracanjuba e de lá vieram pra Campo Limpo, hoje Professor Jamil, onde vivem há mais de 40 anos, refere que o pai trabalhava nas fazendas da redondeza. Os mais de 10 filhos nasceram nestas cidades, sendo a maioria em Professor Jamil, todos nasceram em casa, com exceção da caçula que nasceu em hospital. Refere que o marido que fazia os partos, Dona Flora é benzedeira na região (COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DF E ENTORNO, 2017, p. 125).

Nestes relatos podemos perceber que os quilombolas pioneiros da Comunidade Boa Nova migraram para a região oriundos principalmente de Minas Gerais, Bahia e outras cidades de Goiás. É marcante nestas trajetórias o esforço de fuga de situações de maus tratos, violências, exploração e segregação. Morar em comunidade, por mais precárias que fossem as condições de moradia e trabalho, se apresentava como um refúgio, em que a solidariedade entre o grupo mantinha acesa as chamas da liberdade, esperança, coragem e resistência.

Atualmente o quilombo conta com um total de 140 habitantes, sendo 80 adultos, 40 jovens e 20 crianças (CVN/SBB, 2017). Segundo informações obtidas junto à Secretaria de Saúde de Professor Jamil, 590 pessoas, acima de 18 anos, se autodeclararam remanescentes quilombolas, por ocasião da vacinação contra a Covid 19, ocorrida em 27 de março de 2021.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto procurou se aproximar dos movimentos históricos e sociais que propiciaram a formação de dois povoados, vizinhos no Sul goiano, Professor Jamil e Boa Nova. Apesar de compartilharem uma mesma época e um mesmo espaço geográfico, apresentaram características marcantes que os diferenciaram.

O local para a implantação de Professor Jamil foi planejado e executado através da liderança de três intelectuais de origem sírio libanesa, os irmãos Jamil, Taufik e Jorge Sáfady, que adquiriram fazendas na região e implementaram o projeto na parte mais alta do terreno. Jamil, o irmão mais velho, faleceu precocemente antes de sua conclusão, por isso os irmãos o homenagearam, dando seu nome ao povoado. Apoiados por outros fazendeiros, construíram uma imponente igreja católica e se empenharam em conquistar demais itens básicos de infraestrutura. Em geral, os habitantes de Professor Jamil possuíam melhores condições econômicas e sociais, quando comparados aos habitantes da Boa Nova. Eram em sua maioria brancos e católicos.

O povoado da Boa Nova, hoje um bairro de Professor Jamil, foi se constituindo a partir de um movimento próprio, na parte mais baixa do terreno. Os migrantes chegavam ao local em busca de tratamento espiritual e de saúde no Centro Espírita. Fixavam-se ao seu redor, construindo casas com paredes de madeira e barro, e cobertura de palha. Essas moradias eram chamadas de ranchos. Trabalhavam em fazendas da região. Era prática comum serem remunerados com itens de alimentação. Eram em sua maioria negras, negros e espíritas.

A relação entre os dois povoados era conflituosa. Os moradores de um não eram bem aceitos em outro. Por muito tempo houve um racismo explícito, em que os moradores do Boa Nova eram pejorativamente chamados de os “pretos da Boa Nova”. Práticas de segregação ocorriam em todas as instâncias sociais, inclusive na escolarização. O que dificultava o acesso a melhores postos de trabalho, como no comércio ou no serviço público.

Em 2016, a Comunidade Boa Nova, foi certificada pela Fundação Cultural Palmares como remanescentes dos quilombos. Esta foi uma conquista que ocorreu a partir da mobilização dos próprios quilombolas, que hoje trabalham para se apropriarem de seus direitos, história, cultura e força. Outras pesquisas acadêmicas recentes sobre a Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova:

A dissertação de mestrado de Willian Vieira da Silva, intitulada **Memória, Identidade e Políticas Públicas na Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova do Município de Prof. Jamil (GO)**, concluída no ano de 2019.

A dissertação de mestrado de Elias Paes de Araújo, intitulada **Comunidade Remanescente de Quilombos Boa Nova de Professor Jamil, GO: olhares sobre racismo, educação não formal e empoderamento**, concluída no ano de 2022.

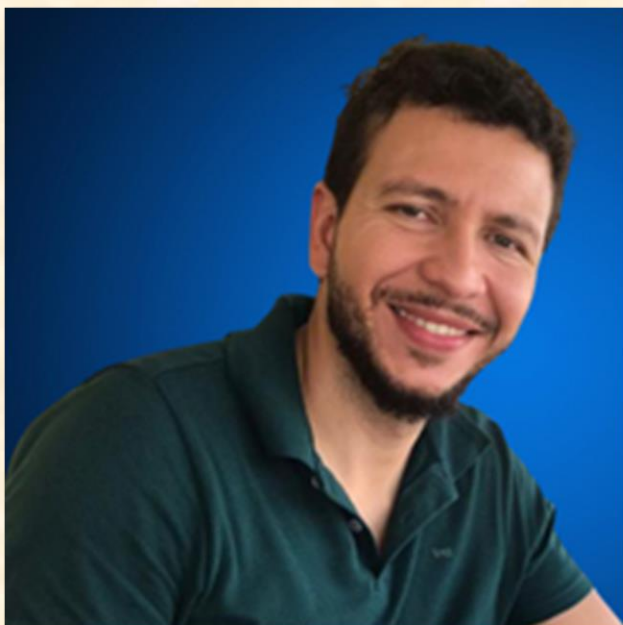
REFERÊNCIAS

- BERTRAN, Paulo. O desbravamento do Brasil Central começou com a construção da cidade Goiânia, iniciativa de Getúlio Vargas. **Revista História Viva Grandes Temas**. O Brasil que Getúlio Sonhou. São Paulo, Ediouro, v. 1, n. 4, ago. 2004
- BRECHT, Bertold. **Perguntas de um operário que lê**. Em Poemas 1913-1956. [seleção e tradução Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Editora 34, 2000.
- COMISSÃO DA VERDADE SOBRE A ESCRAVIDÃO NEGRA NO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO (CVN/SBB): **A verdade sobre a escravidão negra no Distrito Federal e Entorno**. Brasília: Sindicato dos Bancários de Brasília, 2017. (Relatório Final).
- DNER. **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem**. Ministério dos Transportes. Histórico das rodovias federais em Goiás. Goiás. 1984
- EL-MOOR, Patrícia Dario. O reconhecimento da presença árabe no Brasil na busca de uma identidade nacional. Em **Congresso Luso Afro-brasileiro de Ciências Sociais**, 11, 2011, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 1-14.
- HERÓDOTO. Histórias. Livro I – Clio. Tradução, Introdução e Notas de Maria Aparecida de Oliveira Silva. São Paulo: Edipro, 2015
- PALACIN, Luís. **O Século do Ouro**, 4ª edição, Goiânia, Editora UCG, 1994
- PROFESSOR JAMIL/**Plano Municipal de Educação** (PME, 2015)
- PROFESSOR JAMIL/**Plano Municipal de Saúde** (PMS, 2015)
- SÁFADY, Jorge Salim. Ontem uma ideia, hoje uma realidade: a cidade de Professor Jamil Sáfyady. Em: **Simpósio nacional dos professores de história**, 7., 1974, São Paulo. Anais. São Paulo: Revista de História, 1974. 807 – 830.
- SÁFADY, Jorge Salim. **Criação e instalação da Paróquia Nossa Senhora das Graças em Professor Jamil Sáfyady**. Goiás, Brasil. Edições Garatuja: 1987.
- SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCT de Inclusão, 2015.
- SILVA, Genilder Gonçalves da., MELLO, Marcelo de. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a marcha para o Oeste. Em. **Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul/dez. 2013
- SILVA, Willian Vieira. **Memória, Identidade e Políticas Públicas na Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Nova do Município de Prof. Jamil (GO)**.

Orientador: Dr. André Luiz Caes. 2019. 114 folhas. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sociedade, Universidade Estadual de Goiás, Morrinhos, 2019. Disponível em: <http://www.bdt.d.ueg.br/handle/tede/552> Acesso em: 18/02/2022.

SOBRE OS AUTORES

Elias Paes de Araújo



Possui graduação em Filosofia, pelo Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás, IFITEG.

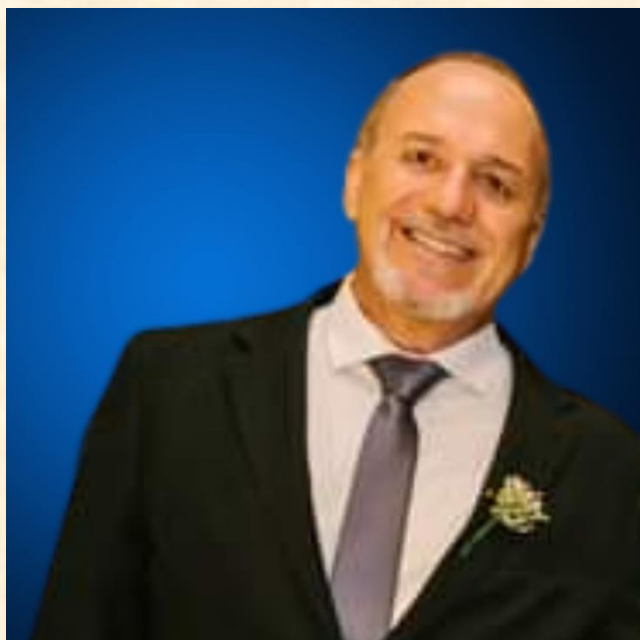
É graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, PUC Goiás.

É especialista em Intervenção ABA aplicada ao Transtorno do Espectro do Autismo e Deficiência Intelectual, IPOG.

Cursa mestrado em Educação Profissional e Tecnológica em Instituto Federal Goiano – Campus Ceres.

Atua como psicólogo clínico e da saúde na Prefeitura Municipal de Professor Jamil, Goiás.

Marco Antônio de Carvalho



Professor Titular do Instituto Federal Goiano. Possui graduação (1987) e mestrado (1992) em Administração Rural pela Universidade Federal de Lavras. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (Conceito CAPES 5). Pós-doutor en el currículo y la formación profesional agrícola en Cataluña del Departamento de Didáctica de las Ciencias Sociales - Facultat de Educaciòn - Universitat Autònoma de Barcelona. Atua no mestrado profissional em educação profissional e tecnológica em temas relacionados à formação profissional, ensino agrícola, educação e mundo do trabalho e gestão educacional. Docente do Mestrado Profissional em Rede em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT.